

Entre o pranto materno e a sucessão: indícios político-sociais do Império Romano augustano na *Consolatio ad Liviam*

Between maternal mourning and succession: political and social indications of the Augustan Roman Empire in the *Consolatio ad Liviam*

Guilherme Costa Silva

Mestrando em História
Universidade Federal de Goiás
guilherme.costa@discente.ufg.br

Natália Liberte Tadão

Mestranda em História
Universidade Federal de Goiás
natallialiberte@discente.ufg.br

Odilon Alves Peixoto Neto

Graduado em História
Universidade Federal de Goiás
odilonpeixoto@discente.ufg.br

Recebido: 25/02/2026

Aprovado: 13/10/2026

Resumo: O que se segue é fruto da exploração de uma obra cujo caráter é quase inédito no Brasil e, até mesmo, no exterior. De autoria e datação exata desconhecidas, a *Consolatio ad Liviam*, ou, em tradução, *Consolatória à Livia*, tem como uma de suas funções — entre outras, que serão discutidas doravante — consolar a imperatriz romana Livia Drusila (59 AEC-29 EC) por ocasião da morte de seu filho, Nero Cláudio Druso (38 AEC-9 AEC). Dessa forma, aspiramos apresentar brevemente a obra e suas personagens por meio de uma “análise densa” de seu conteúdo. Além disso, teremos como tese o entendimento de que a obra apresenta um aspecto político imanente. No decorrer dessa incursão, far-se-á necessário o manejo de aspectos tangenciais, como uma discussão sobre a literariedade da obra, breves considerações sobre a espacialidade e a autoria da fonte, bem como o trato das dinâmicas do processo mortuário.

Palavras-chave: Império Romano; Livia Drusila; Memória fúnebre.

Abstract: This article is based on an exploration of a work whose nature remains relatively understudied in Brazil and abroad. *Consolatio ad Liviam*, among other functions discussed throughout the article, serves as a consolatory poem dedicated to Livia Drusila (59 BCE–29 CE) following the death of her son, Drusus the Elder. We aim to provide an introduction to the work and its characters through a close analysis of its content, while examining the political dimensions embedded in its composition and representation of Livia. To this end, the article addresses aspects related to the literary character of the work, its spatial and authorial context, and the dynamics surrounding Roman funerary practices. By approaching the *Consolatio ad Liviam* through these perspectives, we seek to contribute to the study of Livia and to broader discussions of gender, politics, and culture in the Augustan period.

Keywords: Roman Empire; Livia Drusila; Funeral Memory.

[...] in peace sons bury fathers, but in war fathers bury sons¹

— Heródoto. *The Histories*. Livro I, cap. 87.

Chorando — e escrevendo — em lenços de papel

A *Consolatio ad Liviam* (*Consolatória à Lúvia*) na historiografia contemporânea, concernente à antiguidade, ainda é pouco explorada, conferindo o caráter quase inédito deste artigo a respeito da fonte em questão. Contudo, apesar da proposta que segue se caracterizar como uma tentativa de contribuir frente às lacunas existentes, a consolatória por si carece de diversas informações. O escrito enseja, manifestamente, consolar uma imperatriz romana denominada Lúvia Drusila (59 AEC-29 EC), a qual sabemos que era esposa do imperador, Caio Júlio César Otávio Augusto (63 AEC-14 EC), pela morte de seu filho, Nero Cláudio Druso, em 9 AEC. O desfecho da vida de Druso ocorreu após uma batalha contra a Germânia, em uma das diversas tentativas de expansão do império, mas, naquela ocasião, conclui-se tragicamente, como se percebe pelo trecho: “Mas a ti, Germânia, não te assiste nenhum direito à indulgência. Em breve tu, bárbara, pagarás o castigo com a tua morte” (*CONSOLATÓRIA À LÚVIA*, v. 270).

A datação do escrito é também incerta, mas consideramos, semelhantemente a Martins (2022), que o documento foi confeccionado em um momento não muito distante da morte de Nero

¹ “Em tempos de paz, os filhos sepultam os pais; em tempos de guerra, os pais sepultam os filhos.”, em nossa tradução.

Cláudio Druso², e, soma-se a isso, a finalidade de robustecer a presença da gens Iulia face a gens Claudia, como explicaremos. Concomitante à data, pouco sabemos no tocante ao autor do escrito, entretanto, cremos, por parecer ter sido redigido atreladamente à realização das exéquias de Druso e por seu caráter de promoção a Livia e a Tibério Cláudio Nero César (42 AEC-37 EC), também seu filho, que o responsável fosse alguém de dentro da domus imperial.

As possíveis causas para o anonimato possuíam utilidades e motivos variados. Em primeiro lugar, é presumível que a autoria tenha, simplesmente, sido negligenciada pelos copistas medievais, de forma que não era originalmente anônimo, mas se tornou³. Outra hipótese é de que o redator tenha optado por não se identificar por questões de sobrevivência e potencial de circulação⁴. Conforme Martins (*Ibidem*, p. 46), uma terceira possibilidade seria, ao contrário da segunda, a falta de necessidade pela já existente ampla divulgação daquele texto⁵. Salienta-se que a antiguidade greco-romana era marcada pela oralidade⁶ e, por conseguinte, mediante o costume dos autores, os quais eram aristocratas, de se reunirem⁷ ou lerem em praça pública, o escritor pode não ter conjecturado dar nome ao papel.

² A datação e a autoria da *Consolatio ad Liviam* permanecem objeto de debate na historiografia. Richmond (1981) e Schoonhoven (1992), entre outros, discutem a possibilidade de uma composição posterior ao período augustano, mobilizando argumentos de natureza linguística, estilística e intertextual. Na mesma direção, Cogitore (1994) e Liberman (1994) apresentam diferentes argumentos acerca da composição e da datação do poema, enquanto Fraschetti (1995; 1996) e Amat (1997) defendem, por vias distintas, uma datação próxima ao contexto da morte de Druso. Assim, reduzir o debate a uma única posição, sem apresentar as alternativas propostas pela crítica, mostra-se metodologicamente insuficiente.

³ Embora empregemos o termo “negligência”, é relevante explicitar que os medievais tinham, em geral, pouca relevância pela autoria, inclusive, em sua época; trata-se de outra relação. No controverso ensaio “O que é um autor?”, Michel Foucault (2001, p. 264-298) afirma que o autor seria uma criação moderna, elaborada pelo mercado e a censura (era preciso saber quem emitia para punir). Na nossa concepção, essa ideia não está totalmente consoante a realidade, certamente tais elementos impulsionam a autoria, mas não implica a inexistência imediata de autores antes. Havia outra relação com o texto e a autoria que se relaciona a chamada História da Leitura, outras condições de enunciação, contudo, vemos que existem autores consagrados ao longo da antiguidade e do medievo.

⁴ Algo, ao nosso ver, mais corriqueiro do medievo em diante para realizar críticas a instituições e não ser perseguido, como no clássico espanhol *Lazarillo de Tormes*, ou por apreço a distinção entre vida privada e pública; nesses casos o uso de pseudônimos faz-se também presente.

⁵ “[...] assim, o anônimo, quem quer que fosse, era conhecido por aqueles que o liam ou o ouviam recitar seu poema. Portanto, não precisaria se apresentar ou se referenciar na obra.” (Martins, 2022, p. 43)

⁶ Ao posto nas grandes obras consagradas da antiguidade grega, como a *Ilíada* e a *Odisseia*, transmitidas oralmente com marcas de temporalidades (Jones, 2005, p. 19-21).

⁷ Ao momento privado em que se reuniam amigos do autor para escutar e realizar sugestões e críticas denomina-se *recitatio* (Martins, 2022, p. 37).

De todo modo, o questionamento sobre a neutralidade das fontes e da produção historiográfica — prática que está sobretudo presente a partir da chamada Escola Metódica — será aplicado aqui à *Consolatio ad Liviam*⁸. Independente do autor desse documento ter se revelado publicamente ou não, ele carrega marcas, significados e traços autorais em sua forma-conteúdo. Apesar de a identidade do autor permanecer desconhecida, a *Consolatio ad Liviam* nos chega como uma obra com reverberações políticas importantes⁹.

O escritor anuncia na composição que, por muitos anos, Livia Drusila foi feliz sendo “Mãe de Neros”, referindo-se a Tibério Cláudio Nero César (42 AEC-37 EC) e Nero Cláudio Druso, contudo, ouvindo os versos fúnebres de Druso, sua ternura, entendida por nós como preocupação, não deveria ser mais dividida, mas inteiramente direcionada a Tibério¹⁰. Em meio ao escrito, a consolatória também refere-se à tentativa daqueles que rodeavam Livia em regular seu sofrer, “ainda que esse luto atinja a todos nós.” (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 10-11), como asseverou o autor, o que conferiu o caráter público daquela morte que atingiu o cerne da família imperial romana. Além disso, engendra um elogio das habilidades de Druso enquanto militar, a construção de sua imagem como alguém a ser lembrado, honrado e comemorado, “um exemplo de jovem respeitado: ilustre com as armas, ilustre com a toga” (*Ibidem*, vv. 14). Ressalta-se, nesse trecho, que a toga sinaliza que Druso tornou-se magistrado, com permissão do senado, em 19 AEC, cinco anos antes do permitido (Martins, 2022, p. 24).

O excerto “No lugar dos triunfos solenes, te vês obrigada a liderar o cortejo fúnebre, e a Druso, no lugar da cidadela de Júpiter, lhe aguardava o sepulcro” (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 25-26) nos permite supor que Livia esperava o retorno do filho em glória, mas que, naquele momento do funeral, se encontrava desiludida frente à morte. É possível notar, nesta passagem e na anterior, uma forte elaboração, ao longo da consolatória, da imagem de Druso que, com honra, faleceu em batalha. A honra heroica, leia-se a bela morte, se amparava no pressuposto do tudo ou nada, ou seja, mesmo que não tenha vencido a batalha contra os germânicos, Druso lutou até sua

⁸ Para maiores colocações, considere ver o artigo de Cristiano Arrais (2006).

⁹ O tipo textual poético-retórico presa pela argumentação em favor da superação das dores, angústias e paixões dos indivíduos e, nesse caso, em específico, soma-se aos interesses políticos, culturais e sociais vinculados à sucessão (Martins, 2021, p. 30).

¹⁰ Thiago Silvério Martins (2022, p. 162) aponta que “Tibério é identificado pelo nome de Nero, ou seja, o nome que realmente carregava no momento dos eventos da morte do irmão e antes da adoção por Augusto [...]”.

A relação entre a *gens* de Lívía e Augusto era de expressa importância naquele cenário de morte, porquanto unia estratégias da *gens Iulia* em consolidar-se no poder, além de acrescer os representantes da *gens Claudia* na *domus* augustana (Martins, 2022, p. 13). O foco da elaboração de uma imagem passa-se à Lívía. “Paradoxalmente” a pergunta de que vale a aparência em um momento como aquele, o escritor da consolatória faz elogios à conduta de Lívía, como um exemplo de matrona, que mantém-se íntegra, mesmo não sendo comum entre as senhoras de sua época¹². Ao pedir que ela pare de chorar e se lamentar, defendeu que sua força, atenção e interesse deveriam estar voltados para a casa imperial, os que ficaram: “Vive teu esposo, proteção dos homens, e estando ele ileso, não/convém, oh Lívía, que vossa casa esteja de luto.” (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 470-474).

A figura de Lívía diante da pira funerária, a atuação de Tibério em proteger o cadáver de Druso e levá-lo dos Alpes à Ticino, onde foram recebido por Augusto e Lívía, foi de crucial relevância para a *gens Iulia*, pois a materialidade do corpo era muito significativa, tanto para o discurso quanto para a imagem de Tibério (Martins, 2022, p. 164)¹³. Ao chegarem a Roma, o cortejo de Druso aconteceu pelas ruas da cidade e houve um luto institucional instaurado¹⁴. Conforme nossa fonte, os tribunais guardaram o silêncio e as leis, silenciadas, permaneceram privadas de validação, bem como nenhuma toga foi vista em todo o Fórum. Os deuses ficaram escondidos em seus templos e não mostraram seus semblantes no funeral (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 186-189). As exéquias ocorriam publicamente, a fim de que as pessoas pudessem observar e, conseqüentemente, a *domus* pudesse se pôr à mostra com o defunto. A imagem e o discurso eram essenciais para a projeção e manutenção do governo, principalmente o de Augusto, pois por meio destes realizaram-se negociações, afirmações e contestações¹⁵.

¹² Por matrona entende-se alguém pertencente à elite; elite, por sua vez, não se relaciona exclusivamente com o grupo social, mas também com uma quantidade abastada de recursos a dispor.

¹³ Faz-se *mister* notar que, em uma sociedade cujos deveres de cuidados mortuários eram destinados às mulheres mais próximas, Lívía se lamenta e sente o pesar de não ter oferecido os primeiros cuidados com o corpo de Druso devido a sua longa trajetória, como aponta a excerto: “Mas tua infeliz mãe não pode recolher os últimos beijos, nem aquecer em seu trêmulo colo teus membros rígidos. Não recebeu em sua boca o sopro de vida que te escapava, nem estendeu por teu corpo seus cabelos recém cortados” (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 95–98).

¹⁴ A maioria dos soldados romanos eram queimados em piras funerárias comunitárias, mas os grandes guerreiros (em habilidade e/ou prestígio social) deveriam ter cortejos e outros ritos (Mota, 2019, p. 331).

¹⁵ Um veículo bastante utilizado para os fins propagandísticos eram as moedas, no campo de estudo denominado numismática. Essa propaganda era efetiva pela ampla circulação e fins monetários da moeda, mas não era homogênea; no

Gotas teóricas

As sibilas eram, na Grécia antiga, as sacerdotisas do deus Apolo. Na região de Cumas, provavelmente a mais vetusta ocupação grega no oriente, havia uma sibila tão dedicada que recebeu de Apolo a oblata de uma benesse. Pediu vida eterna, esqueceu-se, contudo, de solicitar juventude. Assim, na “Apoteose de Enéas”, este encontra, em uma caverna, sua figura consumida pelo tempo que dizia a todos que entravam que queria padecer (OVÍDIO, Livro XIV, vv. 581–608). Nesses versos de *Metamorfoses* está encarnado o difícil conciliar entre o desejo da vida e a necessidade da morte.

Em tal paradoxo, observa-se o caráter trágico da existência porque, enquanto o ser humano se guia por seu insaciável impulso de viver, a consciência de que a morte é latente e inevitável — por seu fator homogeneizador dos seres no espaço-tempo, sendo a máxima expressão da não perenidade — lhe impõe uma acrimônia constante (Schopenhauer, 1913, p. 593–597). A morte, contudo, não tem seu foco, na filosofia, somente em seu aspecto de desventura; Heidegger (1976, p. 348, tradução nossa) entende que ela é “a possibilidade da impossibilidade de qualquer relação com..., de toda existência.”, por conseguinte, ao municiá-la dessa lavra radical e definitiva para o *Dasein*, veste nela o mecanismo que promove o horizonte de sentido para a existência e as ações vinculadas a esta; uma vez que, pela índole intransferível e de fim biológico e existencial, a morte leva o *Dasein* a buscar a autenticidade.

A lide com a morte, ruptura paroxística que atravessa e encerra a vivência, concretiza-se no processo de luto que, para psicanálise, tem relação com a reestruturação do próprio Eu que se vê dissoluto diante do findar de uma realidade. Posto isso, é impetuosa a realização da perda em detrimento de uma “identificação”, sendo condicionante que o real e simbólico, eu e objeto, estejam entendidos como *mitsein*¹⁶; ademais, uma ambivalência entre a posição de realização e trabalho e uma

oriente as representações das mesmas divinizam Augusto e Lúvia, no ocidente/Roma a divinização era de Júlio César. A *gens Iulia*, por exemplo, se colocavam como descendentes de Vênus, mas, ao colocar Júlio César, Augusto se coloca como descendente de um deus. Essas questões integram um plano mais amplo, o projeto de Augusto para transparecer unidade após uma guerra civil com a sociedade dividida em facções. Há, dessa forma, a necessidade de legitimação por meio da *auctoritas*, dada pelo senado, e a *dignitas*, adquirida pelas virtudes que o *imperator/príncipes* deveria ter.

¹⁶ Ou seja, “ser-com” e “ser-entre”. Refere-se, segundo Sloterdijk (2016), à interação.

correlação dessa perda com outras anteriores, para findar em apropriações e permissões¹⁷ — deixar ir e conseguir continuar (Freud, 2010, p. 171–180).

Constitui-se, como parte da labuta vinculada ao luto, a execução de rituais que geram, nos que participam deles, por sua relativa periodicidade e visibilidade (Gennep, 2012, p. 41 e 52), o sentimento de pertencimento e identificação. Esses elementos de associação, subsumem a uma cultura e valores em comum. Os rituais conexos à morte coalescem nas categorias dos que têm foco na preservação do corpo para o pós-morte e os que incidem em ações para a alma (Hertz, 1906, p. 22 e 52).

O símbolo é o sopro de vida dos rituais. O cortejo romano, no que lhe concerne, plasma-se emanando o simbólico que, por sua vez, provém e envereda-se por campos distintos: político, religioso e sociocultural. Não há muito assombro que assim se manifeste, a cultura humana sedimenta-se por signos e símbolos, transmissores de mensagens que alicerçam o existir e o relacional. Porém, faz-se mister frisar: o símbolo, isolado, é inerte de significação; o processo de significação é dependente do funcionamento do pacto proveniente do corpo social, por conseguinte, o símbolo somente se desdobra se o enunciado semeado (verbal, não verbal, imagético, etc.) tiver efetividade naquele contexto. Portanto, símbolo e texto têm algo de sinônimo; se seguimos o modelo linear da comunicação (Shannon, 1948, p. 399), avulta-se a viabilidade de encontrarmos os clássicos elementos de um texto (emissor, receptor, mensagem, código e canal) outrossim palpáveis na análise dos nexos simbólicos; e, por essa via, o contexto e o pactuado são indelévels para a exequibilidade da comunicação.

O precedente para nossa aproximação está em Clifford Geertz (2008, p. 68). Esse entende que “atos culturais, a construção, apreensão e utilização de formas simbólicas, são acontecimentos sociais como quaisquer outros”, conquanto, não são congêneres, pois “a dimensão simbólica dos acontecimentos sociais é como a psicológica” e, nesse sentido, “há uma diferença entre construir uma casa e fazer uma planta para a construção de uma casa”. As duas coisas não estão desvinculadas, os padrões culturais (sistemas de símbolos) “representam fontes extrínsecas de informações”, eles, como os textos ou as falas, comunicam e permitem a prática. Assim, quem precisa fazer um dique, mas desconhece tal feitio “precisa também de uma concepção do que seja construir um dique, uma

¹⁷ Dunker (2023, loc. 398) assevera esse pensamento demasiado aquisicionista.

concepção que ele só pode adquirir de uma fonte simbólica” que vem na forma de um livro-texto ou de “aula” (*Ibidem*, p. 69). Dialogando com o antropólogo estadunidense, Paul Ricœur (1994, p. 92) teve como assertiva que “as formas simbólicas são processos culturais que articulam a experiência inteira” e, portanto, a cultura é pública porque dessa publicização depende seu significado, mas

O termo símbolo [...] assinala o caráter *estruturado* de um conjunto simbólico. Antes de ser um texto, a *mediação simbólica* tem uma textura. [...] Um sistema simbólico oferece assim um *contexto de descrição* para ações particulares. Em outros termos, é em ‘função de...’ tal convenção simbólica que podemos interpretar, tal gesto como significando isto ou aquilo [...]. Antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos da ação. Desse modo, o simbolismo confere a primeira *legibilidade* (*Ibidem*, p. 92–93, grifos do autor).

De forma geral, tomaremos de empréstimo “símbolo” no sentido em que argumenta Geertz (2008, p. 67–68); o que quer dizer “qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção — a concepção é o ‘significado’ do símbolo” e acrescentamos a essa descrição o entendimento de que pessoas, com determinados epítetos, também podem ser adornadas da alcunha de “símbolo”. Essas entidades — Livia Drusila subsumida nessa abrangência — erigem-se também estruturas de significado social e amalgamam-se no “conjunto de formas simbólicas” que ensejam a interação do “mundo vivido e o mundo imaginado”, especialmente em momentos rituais e sensibilidade (*Ibidem*, p. 82). O aditamento de “pessoa” ao rol de símbolos fundamenta-se a partir da compreensão de que o significado não deriva da conexão dos termos em um sistema regido por um arcabouço ordenador, mas, antes, que as relações suplantam os próprios termos.

Concernente ao aludido aspecto sociocultural, é de se considerar que a maioria das coisas possui historicidade, isto é, passou por modificações, sendo apropriada de diversas maneiras, bem como caracterizando e orientando os modos de viver das sociedades. Os sentimentos não jazem alheios a essa conjuntura, não são naturais, mas elaborações aprendidas pelas relações com a sociedade (Jimeno, 2010, p. 114); embora os romanos possuísem neles postulados, potências e juízos de feitio sobremodo desigual aos atuais, manejavam-nos, deliberada ou inadvertidamente, para reforçar laços comunitários e/ou realçar o respeito aos que estavam em camadas sociais mais pujantes. Tal faceta tem sido celebrada em estudos recentes; para melhor trato, autores, tais como Rosenwein (2011, p. 07), passaram a recorrer à noção de “comunidades emotivas” para referir-se a

grupos que compartilham um repertório emocional e afetivo¹⁸. Essas comunidades forjam-se no defronte a dias pesados e momentos festivos e contribuem para como estes serão expressos socialmente. Introjeta-se nessa discussão um “sistema de sentimentos” que regula e recorta essa afetividade segundo critérios como idade, gênero e grupo (*Ibidem*, p. 18). A linguagem emocional, ademais de propiciar conglobação, tem efeitos políticos ressoantes por produzir o compartilhamento (Jimeno, 2010, p. 99).

A *Consolatio ad Liviam*, obra de datação estimada e autoria ignota, é um recurso de considerável valia para explorarmos questões vinculadas ao cotidiano político-social, cultural e religioso¹⁹. Tomaram-se dela “sinais”, os quais, segundo Carlo Ginzburg (1989, p. 143–150), são a origem de seu método indiciário; tal paradigma epistemológico dá indícios de vir à lume no século XIX. Trabalhos como os de Morelli afirmavam ser plausível reconhecer a legitimidade de obras de arte a partir de detalhes, outros, como os de Freud, declaradamente leitor do primeiro, permitiram com que a observação de “dados marginais” levasse a um maior aprofundamento na psique humana, ademais, os dois leram Conan Doyle. Seja na forma de signos pitorescos, sintomas ou pistas, encontraram-se veredas que, embora não totalmente seguras, indicaram com algum alicerce horizontes conclusivos. Quando aplicado ao conhecimento histórico, nota-se que esse é “indiciário, indireto e conjectural” e, sendo implausível o lume total, permanecemos com o comando de que “Quando as causas não são reproduzíveis, só nos resta inferi-las a partir de seus efeitos” (*Ibidem*, p. 157 e 169).

Designamos a *Consolatio* como o locus de partida para nosso estudo, dela retiramos vestígios para essa investigação, cientes que “a escrita sempre estabelece diálogos e conexões entre a narração

¹⁸ É conspícuo apresentar que o termo não era usado pelos romanos, mas acreditamos que seja possível empregá-lo na análise desses; pois não estamos limitados a conhecer somente o que esses conheciam, o que denominamos como “passado” hoje, não é o mesmo que se via como “presente” ontem (Cf. Pinto, 2024, loc. 450). Empregamos o conceito, mas sugerimos que talvez sua significação seja melhor sugerida com a substituição para “comunidades sentimentais”; uma vez que, as dinâmicas que fortalecem os enlaces de comunidades são, em maior ou menor grau, “duradouras”. A filosofia nos auxilia a perceber que afetos e emoção são inenarráveis, tampouco são dotadas de amplitude e duração consideráveis, ao contrário dos sentimentos, nos quais se encarnam esses itens (Spinoza, 2009, p. 70-73); portanto, a substituição de “emoção” por “sentimento”, evidenciaria melhor o sentido dessa noção e diminuiria oximoros.

¹⁹ Há uma certa “ânsia moderna” pela autoria. Para Martins (2022, p. 36), a dificuldade em lidar com obras de autoria desconhecida surge da aplicação ao passado de lógicas do presente, como a busca por satisfação econômica e autopromoção. Já para Pinto (2024, loc. 3059), o “autor é uma sombra sobre o texto” da qual se extrai ideologia, representação e um pouco de sujeito. Validamos, contudo, que o afã por um autor para a obra é inane. Discussões complexas podem ser realizadas independentemente do espectro do autor.

no presente e os eventos narrados do passado” (Pinto, 2024, loc. 3045) e que essa não é nada perto de um “espelho fidedigno da realidade”²⁰; a ela, destinamos um processo de crítica considerando: 1. Há subjetividade na passagem da vivência para a escrita, dado que, na fronteira entre ficção e realidade, as fronteiras são deveras diáfanas e, 2. Trata-se de versos inseridos em um “sistema representativo”, portanto, seguem hierarquias e normativas estabelecidas.

A narrativa é construtora da experiência, em seu centro, encontra-se a recepção, o leitor. Por meio de versos ou orações, vive-se e revive-se. A ordenação da intriga é crucial para a formação do “real” — em singular, documentos como esse, onde a “memória é como o caminho da arte” (*Ibidem*, loc. 1765) —, uma vez que, “todo significado é construído narrativamente — logo, não existe sentido intrínseco ao referente” e, “a experiência vivida, ao se tornar escrita, transforma-se [...] Da vida, passa-se ao texto, do texto volta-se à vida, mas a outra vida.” (*Ibid.*, loc. 132, 145 e 2130). Portanto, inclusive o dito “contexto”, tantas vezes exposto quase como etérico, seria fruto da construção do barema: textos historiográficos, literários, sociológicos, entre outros.

Por findar, aprofundemo-nos no segundo ponto. Os versos da *Consolatio* referenciam o “real”, tratam, a grosso modo, da morte de Druso e da postura de sua mãe; mas os entendemos como “literário” por estarem inseridos no que Jacques Rancière denomina “sistema representativo”. Para Rancière (2014, p. 66), os sujeitos históricos são indivíduos falantes e os acontecimentos são de palavras, palavras essas que circulam e se galvanizam de diversas formas. Quando organizadas em texto, integram condicionamentos próprios do regime histórico poético vigente (Rancière, 2009, p. 11). Foi no século XIX, com um triplo nascer (da democracia, história e literatura) que a escrita viu-se desobrigada de balizas, somente com o nascimento do regime estético desabou o edifício que regulava o sistema representativo. A produção e a apreciação dentro desse edifício, radicado em preceitos de *elocutio*, *dispositio* e *inventio*, demanda atenção a fatores como o gênero, decoro e hierarquia; isso significa dizer que há critérios estabelecidos do que é aceito ou não (*Ibidem*, p. 28 e 36).

O regime representativo, consoante ao regime de organização social, apontava que algumas formas de representar eram, por natureza, melhores que outras; era próprio da tragédia ser melhor

²⁰ Vide Pinto (*Ibidem*, loc. 2383): “a literatura é por definição política — a política, no sentido lato, está entranhada na construção ficcional de mundos — e devido a isso não ‘reflete’ nada.”

que a comédia porque era ali em que os ilustres encontravam-se e eram elevados, em detrimentos dos anômicos, destinados ao rebaixamento das comédias (Rancière, 2005, p. 21). De acordo com Rancière, é no pós-revolução estética que a democracia entra na literatura, permite-se a representação de “grandes personagens” em situações vexatórias e de membros do povo em condições de “herói” (*Ibidem*, p. 48). De modo geral, inexistente, portanto, um agastamento com a busca de transmitir fielmente a “realidade” como tal — concretizo a ideia: imperatrizes, outrossim, vivem eventos opróbrios, mas alguém que eles representassem seria considerado um mau escritor porque, no regime mimético, o vexame é próprio do povo e da comédia —, deve-se atender antes a balizas de realização que ditavam, em grande medida, a qualidade da produção. Como integrante do sistema representativo, a *Consolatio ad Liviam* não seria um extrínseco; recomendamos um caminhar calmo entre seus versos com o tino de não ver “real” em tudo e sim o conhecimento *a priori* de que tal escrito edificou-se por determinadas bases²¹.

O poder de quem fica, o poder de quem vai: os lugares na *domus*, os lugares no cemitério

Nos capítulos que modulam a história do Império Romano, o nome do imperador Augusto aparece como uma das personagens com maior protagonismo no que se refere ao principado. Utilizando de diversos recursos retóricos, tal figura se promove perante a *Res Publica* como a sua seguradora mediante ao inimigo incorporado na figura de Marco Antônio e Cleópatra. De tal maneira, o seu papel no território romano realiza-se sob o ícone de “responsável pela triunfante *pax romana*”, isso é, como garantidor da persistência do império e representante dos costumes estabelecidos²². Em virtude de tal feito, Otávio conquista a confiança dos integrantes do senado, até então maior símbolo de poder romano, e age como um *princeps*, ou seja, “o primeiro da instituição” (Beard, 2017, p. 333-340). Com tamanho poder em suas mãos, sua função consistia,

²¹ Salientamos, para um excursus belvedere, que também, ao longo do tempo, o entendimento de situações como degradantes modificou-se. Por exemplo, à Lúcia não lhe é recomendado que arrume os cabelos por essa assim deixá-los por negligência e falta de cuidado, essa ocorrência que poderia ser lida hodiernamente como pouco dignas de uma imperatriz significava, em seus dias, um sinal de bom cumprimento dos ritos fúnebres.

²² É necessário frisar que a “triunfante *pax romana*” não corresponde à realidade objetiva da política romana, veremos mais adiante que a centralização do poder somente transforma a dinâmica de concorrência entre a elite da *Res Publica*, não a eliminando.

majoritariamente, na distribuição de poderes no sistema político romano, promovendo trocas monetárias, territoriais e privilégios a fim de ampliar a sua rede de confiança (Wallace-Hadrill, 1996, p. 283-285). Esse grupo que obtinha o poder de consagrar e memorizar as “grandes personagens” agiram consideravelmente alinhado aos anseios do recém conclamado *princeps*, investindo a favor de sua imagem em diversos espaços da cidade romana e até mesmo pelo império.

Nas mãos de Augusto e sua corte, as ruas de Roma ganham um novo papel fundamental nas ações políticas: o de legitimação de um governo. A marmorização dentro da cidade não se trata apenas de um amor profundo à pátria, ela carrega junto a sua beleza a capacidade de comunicar à população romana o poderio de Augusto; o imperador, ao promover intensas mudanças espaciais ao longo do território por meio da centralização instaura a imagem concreta da suposta conquista da paz interna promotora de certa estabilidade permitindo que a potência imperialista da *Res Publica* se expanda. Para a difusão desta mensagem, obeliscos indicadores de triunfo foram erguidos, templos reconstruídos e testamentos em mármore elaborados (Flory, 1993, p. 288). Esses feitos carregam em si diversos significados intrínsecos à cultura romana que induzem o seu observador a compreender a figura de Augusto como o verdadeiro exemplo do romano ideal, aquele que carrega em si as maiores virtudes dos antigos, tituladas como *mos maiorum* (Wallace-Hadrill, 1996, p. 291). Portanto, entendemos que o espaço, através da sua publicidade, possui um papel fundamental para criar uma comunicação pública de projetos políticos.

Compreendendo a dimensão da autoimagem elaborada pelo *princeps* com a elevação de suas condutas como um dos principais exemplos de seu tempo, devemos analisar como a sua família representa a sua persona inserida no espaço privado. Distintamente aos dias atuais, dos quais grandes prédios com paredes de vidro escuro separam o indivíduo dos olhos públicos, as casas romanas possuíam uma dinâmica arquitetônica capaz de romper a barreira da privacidade (Sennett, 1999, p. 15-25). Afinal de contas, a virtude não deve estar somente nas ações públicas de um homem, para além de seu trabalho para a *Res publica* o indivíduo deve evidenciar às suas boas ações também no momento em que, em tese, não há olhos sobre ele, sendo assim, considerado um verdadeiro virtuoso (Sêneca, *Sobre a tranquilidade da alma*, cap. 7, p. 207). De tal maneira que, Augusto, reconhecendo a importância deste fato, atribui a sua família o peso da moralidade, designando a sua *domus* o papel de exemplo familiar do qual os cidadãos deveriam se amparar. Ao controlar sua família demonstra ao

público sua capacidade de agir mediante a *pietas*, a virtude que garante equilíbrio entre deuses, pátria e a família, sendo competente também de estar à frente da *Res Publica*. Neste momento, sua família também se torna um instrumento de promoção política fundamental para seu governo (Rowe, 2002, p. 1).

Entretanto, não é somente pelo caráter moral que as casas assumem relevância na cultura romana, mas também como um local no qual os encontros aristocráticos aconteciam e decisões fundamentais eram tomadas (Wallace-Hadrill, 1996, p. 285). As responsáveis pelo controle das dinâmicas residências eram as mulheres (Bélo, 2023, p. 83), portanto, dizer que as mulheres somente cuidavam das casas se torna uma frase minimizante da importância que esta tarefa dizia respeito.

Desta forma, inferimos que o “sexo frágil” poderosamente estava responsável por recepcionar e estabelecer conexões com grandes figuras do império (Bélo, 2023, p. 84). Convém, por conseguinte, citarmos uma figura crucial para a análise: Lúvia Drúsilá (59 AEC-29 EC). Se pensarmos Augusto como o primeiro do senado, o “pai” da pátria e o maior distribuidor de *beneficia*, sua esposa não estava atrás destas negociações; Lúvia operava nas entrelinhas do papel do marido, sendo consagrada como também uma filantropa e desenvolvedora de ações públicas, como a construção de monumentos arquitetônicos (Bélo, 2023, p. 82).

Sua imagem também foi imortalizada em diversos objetos e monumentos pelo império. Assim, Augusto aparece como o grande herói em prol da *pax romana*, sendo então promovidos diversos monumentos em seu nome. Lúvia, junto de sua cunhada, Otávia, aparecem em estátuas no período entre 15 AEC-9 AEC aumentando a sua popularidade²³. Uma das hipóteses sobre essa confecção se faz sobre a tentativa do ascendente imperador de contrastar a moral da mulher romana contra a de Cleópatra (Flory, 1993, p. 293), salientando como as mulheres de sua *domus*, particularmente sua esposa e irmã, representavam o ideal presente no código de condutas de sua época, o *mos maiorum*.

²³ Esta data se torna fundamental nos estudos de Marleen Flory (1993, p. 297), pois anterior a este momento as esculturas femininas públicas sofreram uma retaliação pelo próprio poder senatorial. Entretanto, Lúvia demonstrou sua relevância quando a partir de 15 AEC sua imagem começa a ser difundida tal qual um homem político romano. Após a morte de Druso, o próprio senado demanda a execução de uma estátua em sua homenagem e a de seu filho.

Outras diversas esculturas foram erguidas em homenagem à Lúvia, mas selecionamos o quadrante presente na *Ara Pacis* augustana, como o elemento arqueológico que melhor expressa o papel simbólico da personagem histórica:

Figura 2: *Ara Pacis Augustae* (19-9 AEC)



Fonte: Museo dell'Ara Pacis

Neste monumento²⁴, erguido por mandato de Augusto para compor o templo designado ao deus da guerra, Marte, é evidente que a mensagem marcada em mármore registra o passado glorioso romano que se inicia com Rômulo e Remo e finaliza com a ascensão do *princeps*. A imagem selecionada pertence a um dos quadrantes que completam essa história, em que a imperatriz é posicionada ao lado de seu marido, em meio a diversas figuras honrosas que compuseram o cenário político romano até aquele momento, vestida com o mesmo manto que recobre a cabeça de seu

²⁴ A identificação da figura velada representada ao lado de Agripa constitui objeto de um amplo debate arqueológico, não havendo consenso absoluto quanto à sua identidade. Neste estudo, contudo, parte-se da perspectiva de que a figura representa Lúvia Drusila, adotando-se essa identificação como pressuposto para a análise aqui desenvolvida.

parceiro, indicando o papel que desempenhava ao lado de seu cônjuge ao longo dos versos que compunham a saga do império.

No campo arqueológico se torna evidente a sua simbologia, mas Livia também se torna um elemento de comunicação cultural através das narrativas escritas. Sua inserção na arena política romana é explícita na *Consolatória à Livia*, que objetivava consolar a imperatriz após a trágica perda de Nero Cláudio Druso, cuja vida é ceifada em combate nas terras germânicas. Como mencionamos anteriormente, a narrativa estabelece vínculo com um sistema de práticas culturais e concepções extrínsecas à obra, o que permite entender como a simbologia de Livia é trabalhada e exercida neste contexto. Ou seja, como suas ações, mais do que um lamento de uma mãe, demonstram uma norma de conduta que deveria ser seguida por todos. Logo, para além do aspecto sentimental, a morte de seu filho mais novo se torna uma estratégia política para lançar novos jogadores.

A historiadora Taís Bélo nos orienta que o poder ligado ao feminino se faz notório principalmente nos rituais religiosos, uma vez que, sua participação era fundamental para diversos procedimentos que envolviam as práticas funerárias (Bélo, 2023, p. 88). Desta forma, fica claro que, no contexto mortuário, as mulheres ascenderam como protagonistas através da virtude de *pietas*, sendo seu envolvimento no lamento, no trato e no beijo fundamentais e cruciais para garantir uma boa morte. Jean-Pierre Vernant nos mostra que a imortalização de um guerreiro é garantida pela sua despedida do mundo objetivo, sendo essencial que o corpo, neste processo, chegue conservado e tratado a fim de que seja visto por todos (1978, p. 31-61). Analisando o contexto romano, o privilégio da boa morte e a sua imortalização eram garantidos para as principais figuras políticas, as quais, para se qualificarem como tal, deveriam cumprir diversos costumes dos quais os colocavam em evidência (Wallace-Hadrill, 1996, p. 289).

A tragédia que Druso sofreu não representou somente a morte de mais uma notável personagem romana, mas sim o fruto da união entre as duas maiores *domus* naquele momento, os Julianos e os Claudianos (Flory, 1993, p. 298). A *Consolatória à Livia* evidencia que por baixo do manto da suposta paz romana tecido por Augusto se eclipsaram intensas disputas no cenário político

romano que faziam com que a sua *aula* se transformasse em uma verdadeira arena²⁵. Em *Discurso poético como prática política: morte e sucessão imperial nas representações do cortejo fúnebre de druso à luz da Consolatória à Lúvia, de autoria anônima (século I a.C.)*, Thiago S. Martins (2022) nos indica que o documento de autoria anônima está inserido na disputa imperial acerca da sucessão imperial, da qual se faz necessário por parte de Lúvia e seus aliados para projetarem Druso como ideal de guerreiro, atribuindo a sua imagem as maiores honras no cortejo fúnebre; e, mediante tais honras, coloca-se sua família como um símbolo de ideal romano, consequentemente, posicionando um grande holofote nos ombros de Tibério.

A morte entra como um elemento retórico a fim de evidenciar a excelência de Lúvia e sua família²⁶. Uma vez que o corpo poderia criar diversos significados sociais e individuais nos observadores, sendo ele transformado em um espetáculo público a fim de, neste caso, promover a honra e a valorização do guerreiro (Omena, 2015, p. 20). É neste sentido que a imperatriz se mostra uma grande jogadora, mesmo atingida pelo golpe fatal promovido pela morte de seu filho (*CONSOLATÓRIA À LÚVIA*, vv. 10-13), nos versos observamos a atitude de uma mulher aristocrática romana que não poupa esforços para promover ao seu ente querido as diversas estratégias de promoção póstumas tanto nos aspectos que tangem o velório de Druso quanto na sua memória.

Esta promoção dependia da memória pública (Omena, 2015, p. 20). Nesse sentido, o autor anônimo vislumbra a preocupação de Lúvia na translação do corpo de Druso, que se encontrava em território estrangeiro, e como seu irmão não poupa esforços a fim de transportar o falecido enfim às terras romanas. A preocupação materna está vinculada ao papel que a cidade de Roma assume no principado de Augusto, sendo ela considerada a vitrine do próprio império (Faversani, 2014, p. 57) a partir da centralização promovida pela figura do *princeps*. Consequentemente, as necrópoles da cidade ganham um sentido mais denso quando pensamos neste apego e proximidade com a vida política

²⁵ O termo *aula* se refere ao grupo que envolve o poder imperial; sendo aqueles responsáveis por relacionar-se diretamente com o imperador e seus benefícios participando de todos os rituais que envolviam a aristocracia (WALLACE - HADRIL, 1996, p. 283 e 288).

²⁶ A retórica romana era um recurso linguístico e argumentativo do qual advogavam contra ou a favor de algum indivíduo. Suas estratégias são inúmeras, dentre elas a excelência de uma ancestralidade, os feitos de sua vítima ou até mesmo o desmerecimento de seus inimigos. Na arte de advogar tudo vale (Clarke, 1996, p. 24).

romana, a sua publicidade se intensifica e sua visibilidade ganha maior reverberação, relacionando-se à “imortalidade” da figura de Druso.

Com o corpo no espaço adequado, Lúvia aparece mais uma vez pelo anseio de conceder ao filho o tratamento adequado de seu corpo. Sua participação se estendia ao rito do beijo (*osculum*), no qual a mãe, concedendo-lhe o nascimento, deveria beijar os lábios falecidos em uma demonstração de afeto, a fim de retirar o sopro de vida, portanto, cabia a essa ação pelo menos dois sentidos: o primeiro ligado à religião e o segundo ligado a *pietas* em relação ao morto. Os olhos seriam fechados (*oculus premere*) e seriam somente abertos novamente ao lado de sua pira funerária (Omena, 2015, p. 23). No procedimento seguinte, denominado *conclamatio*, o nome do cadáver era chamado por três vezes em voz alta. A *deponere*, ou seja, a colocação do corpo em contato com a terra, seria mais um sinal de que daquele corpo teria se esvaído; tal passo se antagonizava com o *tollere*, isso é dizer, o levantamento de uma criança recém-nascida do chão em reconhecimento pela família. O corpo, então, era tratado, limpo, perfumado e vestido por uma toga branca e insígnias honoríficas — cabe reafirmar que esse processo completo era típico das famílias aristocráticas que contavam com renda suficiente para financiar este tratamento — seria, então, posto em um leito fúnebre e “velado”, com os pés voltados para a porta como uma denotação do caminho de partida. Era recorrente, desde o século IV AEC, que uma moeda fosse colocada nos olhos ou boca do morto. O ritual acontecia no átrio da casa, normalmente, no mesmo local — logo na entrada — permaneciam cotidianamente máscaras funerárias dos antepassados em uma espécie de prateleira, esses objetos eram considerados um símbolo de distinção (Omena, 2015, p. 23). A partir deste detalhamento, o que se torna fundamental para nosso estudo é que, segundo a consolatória, quem se preocupa com a memorização de seu filho é Lúvia, sendo ela a responsável por garantir todos os procedimentos corretos a fim de posicionar seu filho como o integrante da *domus* augustana.

O segundo ponto ressaltado na consolatória é o caráter simbólico do comportamento de Druso. A estudiosa Saralto Takács (2009, p. 19) nos elucida que o imperialismo romano e a violenta aura instaurada no final da república romana, o ideal de um homem guerreiro pronto a defender a seu território se tornou um dos maiores valores prestigiados. O soldado aparece como alguém que colocou a sua própria vida em risco pelo bem do império, sendo colocado como um verdadeiro herói ao lutar com seu intenso exército de armas contra os inimigos nos Alpes, sendo um homem

triumfante por suas grandes vitórias (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 15-20). Deste modo, de acordo com nossa fonte, só resta a Livia a intensa alegria e orgulho dos feitos do filho, aguardando o guerreiro em mais uma das suas aventuras. No momento do regresso à pátria observamos a tristeza de Livia ao não contemplar o cortejo triunfante de seu descendente. O autor se preocupa em questionar todas as honras da própria mulher em relação a este infortúnio. Assim, diversas qualidades são pontuadas como os virtuosos costumes, a modéstia, a serventia matrimonial, sua alma íntegra e a humildade (*Ibidem*, vv. 40-50).

Isto posto, entendemos que através das honras atribuídas ao seu herdeiro, Livia é posicionada como a geradora e criadora de “dois bens para o império” (*Ibid.*, vv. 80-83). Neste aspecto, a imperatriz é colocada como um ideal feminino para sua época, pois mesmo sobre o infortúnio que acomete a *domus* augustana sua conduta é racional, exemplar. Sêneca, em seu livro *De ira*, nos encaminha que os vícios são naturais às mulheres e crianças por sua incapacidade de controlar os ímpetos desejosos, acarretando sua falta de vocação para política (SÊNECA, *De Ira*, 1, cap. 20, 3). Certamente, até este momento se torna explícito que Livia obtinha grandes armas para participar da arena política romana, no texto, o ato controlar suas lágrimas e moderá-las a partir de sua cristalização demonstra contenção aos seus desejos a fim de se colocar como o exemplo perante Roma (*CONSOLATÓRIA À LÍVIA*, vv. 110-115). Mas, são nos momentos em que o autor coloca Tibério como fruto da mesma árvore que concebeu Druso que se torna evidente a estratégia de Livia, em nome da *gens Iulia*, ao inserir seu filho na disputa pela sucessão do poder, o colocando como alguém preocupado com a morte do irmão e os rumos do império. Desta forma, a imperatriz impulsiona contra seus inimigos a grande arma que ainda possuía para permanecer jogando.

Conclamatio

Ao longo deste estudo, analisando a *Consolatória à Livia*, de autoria e datação desconhecidas, nos deparamos com o sofrimento materno diante da morte de seu jovem filho. Diante deste golpe da *fortuna*, o escritor, além de confortar a imperatriz Livia Drusila perante seu lamento, a aconselha a agir tal qual seu papel perante a sociedade exige: o símbolo feminino de maior autoridade no Império Romano.

Em face destas circunstâncias, a análise se pautou em alguns aspectos como a morte é um elemento fundamental para a própria vida, de maneira que a partida exige uma diversidade de práticas necessárias e compartilhadas; bem como, a partir destas práticas, emergem os símbolos, utilizados pela sua capacidade de transmitir mensagens que contribuem para o fortalecimento do elo social. Ao examinar o documento direcionado a Livia Drusila, inferimos que seu papel social se faz de um símbolo político, expresso na representação narrativa presente nos versos da consolatória.

Desta forma, a finalidade de nossa argumentação foi indicar o caráter político imanente da fonte e o lugar de protagonismo da imperatriz nas dinâmicas de poder do império. Uma vez que, Livia assumiu a maternidade dos filhos em meio ao jogo político que tecia a história do Império Romano, assim, sua simbologia envolvia o elogio a *gens Claudia*, a qual pertencia antes do casamento, em relação à Iulia, a *gens* de seu atual marido; estabelecendo um espaço propício para ascensão de seu primogênito, Tibério.

Referências bibliográficas e fontes

AMAT, Jacqueline (ed.). **Consolation à Livie, Élégies à Mécène, Bucoliques d'Einsiedeln**. Paris: Les Belles Lettres, 1997. (Collection des Universités de France).

ANÔNIMO. *Consolatória a Livia*. Tradução de Thiago Silvério Martins. In: MARTINS, Thiago Silvério. **O discurso poético como prática política: morte e sucessão imperial nas representações do cortejo fúnebre de Druso à luz da Consolatória a Livia**, de autoria anônima (século I a.C.). Orientadora: Luciane Munhoz de Omena. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. apêndice, p. 243-262.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. A escola metódica e o conhecimento histórico como problema. **Emblemas**. Catalão, v. 1, p. 1-10, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/11389>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BEARD, Mary. **Imperador de Roma: Uma história da Roma antiga**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

BEARD, Mary. **SPQR: Uma história da Roma Antiga**. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta do Brasil LTDA, 2017.

BÉLO, Taís Pagoto. Livia e a “institucionalização” da mulher romana. **Heródoto: Revista do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas Conexões Afro-asiáticas**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 79–106, 2023. DOI: 10.34024/herodoto.2022.v7.15475. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/15475>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BÉLO, Taís Pagoto; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. As romanas e o poder nos Anais de Tácito. **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 75–90, 2017. DOI: 10.24277/classica.v30i2.445. Disponível em: <https://www.revista.classica.org.br/classica/article/view/445>. Acesso em: 2 jan. 2025.

COGITORE, Isabelle. “Praecursoria consolatoria: hypothèses de travail sur la Consolatio ad Liviam de morte Drusi”. **Mélanges de l'École française de Rome. Antiquité**, v. 106, n. 2, p. 1095–1117, 1994.

DUNKER, Christian. **Lutos finitos e infinitos**. São Paulo: Planeta, 2023 [Edição Kindle].

FLORY, Marleen B. Livia and the history of public honorific statues for women in Rome. **Transactions of the American Philological Association (1974-)**, v. 123, p. 287–308, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRASCETTI, Augusto. “Sulla datazione della Consolatio ad Liviam”. **Rivista di Filologia e di Istruzione Classica**, v. 123, p. 409–427, 1995.

FRASCETTI, Augusto. Índice analítico della Consolatio ad Liviam Augustam de morte Drusi Neronis filii eius qui in Germania de morbo periit. **Mélanges de l'École française de Rome. Antiquité**, v. 108, n. 1, p. 191–239, 1996.

FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia”. In: **Introdução ao narcisismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170–194.

GEERTZ, Clifford. “A religião como sistema cultural”. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 65–93.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes do paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143–180.

GOTTROP, Muriel. **Árvore genealógica da dinastia Julio-Claudiana**. 2003. 790X650 (15.556 bytes). Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:JulioClaudian_pt.png. Acesso em: 5 jan. 2025.

HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1976.

HERÓDOTO. **The Histories**. England: Penguin Books, 2001.

HERTZ, Robert. Contribution à l'étude sur la représentation collective de la mort. **L'Année sociologique**, Paris, v. 10, p. 48–137, 1906. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27882886>. Acesso em: 26 nov. 2024.

JIMENO, Myriam. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-121, abr. 2010. DOI: 10.1590/S0104-93132010000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/i/2010.v16n1/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

JOLY, Fábio Duarte; FAVERSANI, Fábio. **As formas do Império Romano**. Coleção Impérios Romanos Série Estudos, 2014.

JONES, Peter. “Introdução”. In: HOMERO. **Ilíada**. São Paulo: Penguin-Companhia, 2005, p. 7-41.

LIBERMAN, Gauthier. “Observations sur le texte et la date de la Consolation à Livie”. **Mélanges de l'École française de Rome. Antiquité**, v. 106, n. 2, p. 1119-1136, 1994.

MARTINS, Thiago Silvério. A morte e a família imperial: breves considerações das atitudes perante a morte na Consolatio ad Liviam. **Gaia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 23-36, jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/gaia/article/view/46574>. Acesso em: 4 jan. 2025.

MARTINS, Thiago Silvério. **O discurso poético como prática política: morte e sucessão imperial nas representações do cortejo fúnebre de Druso à luz da Consolatória a Livia, de autoria anônima (século I a.C.)**. 2022. 262 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/51734-lista-de-teses-e-dissertacoes>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MOTA, Thiago Eustáquio Araújo. Os funerais heróicos e a celebração dos mortos na Eneida de Virgílio: uma abordagem das práticas mortuárias na antiguidade romana. **Revista M. Estudos Sobre A Morte, Os Mortos e O Morrer**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 319-338, 25 fev. 2019. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. DOI: 10.9789/2525-3050.2017.v2i4.319-338. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8164>. Acesso em: 5 jan. 2025.

OMENA, Luciane Munhoz de. Memória e morte: Uma abordagem da família romana por meio da cultura material. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 19-29, 2016. DOI: 10.20396/rap.v9i2.8642865. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8642865>. Acesso em: 3 jan. 2025.

OMENA, Luciane Munhoz de. Dimensões espaciais entre morte, memória e experiências emocionais: um estudo de caso à luz do mausoléu de Otaviano. **História**, São Paulo, v. 39, e2020039, 2020. DOI: 10.1590/1980-4369e2020039. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/LNcjw9GcbdTRFmb8hGdvwps/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2024.

OMENA, Luciane Munhoz de; CARVALHO, Dyeenmes Procópio de. A paisagem mortuária romana e suas relações familiares sob a ótica de Sêneca (62 d.C.). **Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos**, [S. l.], n. 22, p. 186-207, 2023. DOI: 10.29327/2345891.11.22-11. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/41997>. Acesso em: 3 jan. 2025.

OVÍDIO, Públio. **Metamorfoses**. Porto Alegre: Concreta, 2016.

PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história:** como a ficção constrói a realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **La palabra muda:** ensayo sobre las contradicciones de la literatura. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história:** ensaio de poética do saber. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.

RICHMOND, J. A. “Doubtful Works Ascribed to Ovid”. In: CLAUSSEN, W. V.; KENNEY, E. J. (eds.). **Aufstieg und Niedergang der römischen Welt.** Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1981. v. II.31.4, p. 2744–2783.

RICCEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (Tomo I). Campinas: Papirus, 1994.

ROSENWEIN, Barbara. **História das emoções:** problemas e métodos. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ROWE, Greg. **Princes and political cultures:** The new Tiberian senatorial decrees. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

SCHOONHOVEN, Henk. **The Pseudo-Ovidian Ad Liviam de Morte Drusi (Consolatio ad Liviam, Epicedium Drusi): A Critical Text with Introduction and Commentary.** Groningen: Forsten, 1992.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Die Welt als Wille und Vorstellung.** Mänicke: Verlag von A. Weicher, 1913.

SÊNECA. **De ira.** Trad.: R. A. F. de Lima. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.

SÊNECA. **Sobre a tranquilidade da alma.** Trad.: Lohner, José. São Paulo: Penguin-Companhia, 2014.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra:** o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SHANNON, Claude. A Mathematical Theory of Communication (Part I). **The Bell System Technical Journal**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 379–423, jul. 1948. DOI: 10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6773024>. Acesso em: 9 set. 2024.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas I:** bolhas. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SUETONIUS. **Lives of Caesars**. Trad.: J. C. Rolfe. Harvard: Harvard University Press, 1992. (Loeb Classical Library).

TAKÁCS, Sarolta A. **The Construction of Authority in Ancient Rome and Byzantium: The Rhetoric of Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VERNANT, Jean-Pierre. A bela morte e o cadáver ultrajado. **Discurso**, São Paulo, n. 9, p. 31-62, 1978. DOI: 10.11606/issn.2318-8863.discurso.1978.37846. Disponível em: <https://revistas.usp.br/discurso/article/view/37846>. Acesso em: 11 out. 2026.

WALLACE-HADRILL, Andrew. The Imperial Court. In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. **The Cambridge Ancient History**, Vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308.